

EDUCOMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA EM SAÚDE ATUANDO NA PREVENÇÃO DAS DST/AIDS

EDUCOMUNICACIÓN COMUNITARIA EN SALUD ACTUANDO
EN LA PREVENCIÓN DE DST/SIDA

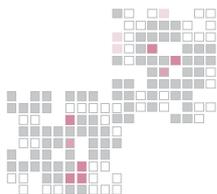
*COMMUNITY EDUCOMMUNICATION IN THE HEALTH
SECTOR ACTING IN STD/AIDS PREVENTION*

Diolene Machado

■ Mestranda em Estudos da Mídia (PPGEM/UFRN - bolsista Capes/Demanda Social), graduada Comunicação Social - Jornalismo (2010) pela Universidade Federal do Pará. Atualmente pesquisa educomunicação comunitária e saúde. Possui experiência na área de Assessoria de Comunicação, Audiovisual, e Novas Mídias, atuando nos seguintes temas: TV digital, Educação a Distância, Educomunicação, comunicação e saúde e Jornalismo Digital. É integrante do Grupo de Pesquisa Pragmática da Comunicação e da Mídia (Pragma/UFRN). ■ E-mail: diolenemachado@hotmail.com.

Juciano Lacerda

■ Professor Adjunto III do Curso de Comunicação Social da UFRN. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, na linha de pesquisa "Estudos da Mídia e Práticas Sociais". Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2008). Realizou estágio doutoral na Universidad Autónoma de Barcelona em 2005/06 (Capes/MECD). É Coordenador do Grupo de Pesquisa "Comunicação para a Cidadania", da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). É membro fundador do Instituto Nacional de Pesquisa em Comunicação Comunitária. ■ E-mail: juciano.lacerda@gmail.com.



RESUMO

Trata-se de uma discussão de conceitos e bases teóricas de pesquisas em realização sobre estratégias de comunicação midiática desenvolvidas em oficinas educacionais com o objetivo de capacitar adolescentes e jovens multiplicadores sobre prevenção em saúde, no bairro de Mãe Luiza, em Natal (RN). Inicia apresentando a discussão sobre cidadania, direito, juventude e a cidadania comunicativa. Em seguida, traz a discussão sobre os percursos que a educação vem fazendo, chegando à discussão sobre o conceito de educação. Complementa com a abordagem sobre conceitos que permeiam a promoção da saúde coletiva. E encerra com a problematização acerca do conceito de educação comunitária em saúde no projeto “Viva Mãe Luiza”.

PALAVRAS-CHAVE: EDUCOMUNICAÇÃO; COMUNIDADE; PRÁTICAS SOCIAIS; SAÚDE.

RESUMEN

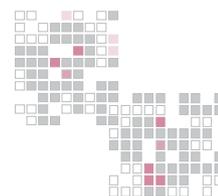
Esta es una discusión de conceptos y fundamentos teóricos de la investigación en curso sobre las estrategias de comunicación mediática desarrolladas en talleres educacionales con el objetivo de capacitar a adolescentes y jóvenes multiplicadores sobre prevención en salud, en el distrito de Madre Luiza, Natal-RN. Se inicia presentando la discusión sobre ciudadanía, derechos de la juventud y la ciudadanía comunicativa. Luego, trae la discusión sobre los caminos que la educación está haciendo, llegando a la discusión conceptual de educación. Complementa el enfoque en los conceptos que permean la promoción de la salud colectiva. Finaliza con el cuestionamiento sobre el concepto de educación comunitaria en salud en el proyecto “Viva Madre Luiza”.

PALABRAS CLAVES: EDUCOMUNICACIÓN; COMUNIDAD; PRÁCTICAS SOCIALES; SALUD.

ABSTRACT

This is a discussion of concepts and theoretical foundation of a research in progress on media communication strategies developed in educative workshops aiming to empower adolescents and young peer educators on health preventive measures, in the neighborhood of Mae Luiza, Natal, RN, Brazil. We begin presenting the discussion on citizenship, youth rights and communicative citizenship. Then, we discuss the pathways education is taking, and the concept of education. We approach concepts that permeate the promotion of community health. And wrap up analyzing the concept of health community education in ‘Viva Mae Luiza’ project.

KEYWORDS: EDUCOMMUNICATION; COMMUNITY; SOCIAL PRACTICES; HEALTH.



1. Introdução

As vulnerabilidades, em especial as referentes à saúde, são um dos principais problemas que envolvem jovens brasileiros, por isso iniciativas que combatam os riscos a que estão expostos são importantes para garantir a cidadania destes. O projeto de intervenção comunitária “Fortalecimento de Redes de Ação Comunitária para Prevenção em DST/Aids: conhecer e Intervir”, conhecido como projeto “Viva Mãe Luiza”, desenvolvido no bairro de Mãe Luiza, município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, Brasil, promove iniciativas dirigidas a reduzir vulnerabilidades de jovens a partir da prevenção de DST/Aids.

O projeto é fruto de uma parceria entre o Programa Nacional de DST/Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), através do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (NESC) e do Departamento de Infectologia, com colaboração de pesquisadores do Programa de Mestrado em Estudos da Mídia e do Grupo de Pesquisa Pragma. Ele surge da necessidade de metodologias dirigidas a reduzir as vulnerabilidades ao HIV/Aids.

O projeto “Viva Mãe Luiza” mapeou as ações, que passaram a integrar o projeto, com o intuito de promover iniciativas de prevenção em DST/Aids no bairro a partir de ações articuladas de educação, comunicação e pesquisa, na perspectiva de implementar tecnologias de inovação e fortalecer redes sociais na comunidade. O processo de capacitação visa preparar multiplicadores adolescentes e jovens, por meio de oficinas de educomunicação, através de uma relação participativa e expressiva, fazendo uso de linguagens midiáticas, para, a partir daí, dar seguimento a “educação entre pares”¹.

A proposta de pesquisa “Estratégias Midiáticas na Aprendizagem do tema DST/Aids: ações em

rede para reduzir vulnerabilidades de adolescentes e jovens da comunidade de Mãe Luiza, Natal (RN)”, integra as ações de pesquisa do Projeto “Viva Mãe Luiza” e se encontra em fase inicial. O objetivo é investigar a partir do desenvolvimento das estratégias de comunicação midiática, a aprendizagem sobre prevenção das DST/Aids e a percepção de vulnerabilidades por jovens da comunidade de Mãe Luiza, Natal (RN).

Para este artigo são trazidas discussões conceituais da fundamentação teórica. Os conceitos de cidadania e direito são situados na discussão da cidadania comunicativa. As várias transformações da educação são tratadas e a educomunicação é discutida. Conceitos fundamentais são abordados para a promoção da saúde coletiva e a relação entre os campos da saúde e da comunicação. Especialmente de como esta pode contribuir para a prevenção das DST/Aids. Encerra-se com a problematização da relação educação/comunicação, propondo a discussão da expressão “educomunicação comunitária em saúde” no projeto “Viva Mãe Luiza”, centrada nos conceitos de educomunicação e comunicação comunitária.

2. Direito, Cidadania e Comunicação para os adolescentes

É antiga a luta das pessoas pelo direito de exercer e conquistar direitos, alcançando a cidadania. Trata-se, então, de relações de forças sociais, e não da divinização ou naturalização de direitos e deveres. “O ‘ser cidadão’ vincula-se a um conjunto variado de ações possíveis num ambiente público, partilhado, colaborativo e comunitário” (Guindani, 2012, p.243). Esse sujeito é quem participa das transformações sociais. Conclui-se então, que há uma relação de complementaridade em que a participação é um elemento central da cidadania, e esta tem como objetivo a participação.

Os adolescentes também são dotados de direitos, e o primeiro deles é o de serem adolescentes, o que sob a ótica da cidadania significa “o direito

1 O termo “educação entre pares” tem origem no inglês peer educator e é utilizado quando uma pessoa fica responsável por desenvolver ações educativas voltadas para o grupo do qual faz parte.

As políticas devem atuar instruindo e capacitando-os a divulgarem estratégias de prevenção e combate às vulnerabilidades.

Uma das principais vulnerabilidades nesta faixa são de DST/Aids.

de ter direitos, de conhecer seus direitos, de criar novos direitos, de participar da conquista dos seus direitos” (Unicef, 2011, p.16). Atualmente apresentam-se três abordagens de participação: a participação como um direito; a participação como uma oportunidade de desenvolvimento; e a participação como estratégia de redução de vulnerabilidades (Unicef, 2011, p.120). Nesta última abordagem se encontra a intervenção proposta pelo projeto “Viva Mãe Luiza”, cuja participação dos adolescentes e jovens corresponde à estratégia para redução de vulnerabilidades.

Essa faixa etária tem muito a contribuir com a sociedade, especialmente se levarmos em conta a porcentagem de adolescentes que vivem no Brasil e especificamente no nordeste. O total brasileiro da população adolescente alcança 11%, e o Nordeste é a segunda região em número de adolescentes, chegando a 31% do total de adolescentes do país segundo o IBGE/Pnad 2009 (Unicef, 2011, p.21). Esses dados reafirmam a importância de políticas públicas para essa faixa etária, que logo ocupará o mercado de trabalho e já pode atuar positivamente na sociedade.

“A Organização Mundial da Saúde define Adolescência como a fase da vida entre 10 e 19 anos de idade”, definida assim apenas por dados estatísticos já que pode ocorrer antes dos 10 e até depois dos 19 anos, por ser uma fase da vida permeada pelos padrões da sociedade e do momento cultural vivido (Morais, 1999, p.13).

As políticas devem atuar instruindo e capacitando-os a divulgarem estratégias de prevenção e combate às vulnerabilidades. Uma das principais vulnerabilidades nesta faixa são de DST/Aids. “O despertar do desejo sexual, não convenientemente orientado, origina o aumento da gravidez

e aborto não desejados nas adolescentes, além de doenças sexualmente transmissíveis” (Morais, 1999, p.25).

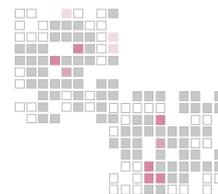
Em pesquisa de Moraes (1999, p.44), os adolescentes apontaram “os meios de comunicação (revista, livros, filmes, e televisão) como as principais fontes de aprendizado com relação ao sexo, seguido de amigos e colegas”. Isso demonstra o potencial da comunicação para a difusão de informações para a cidadania, no entanto somente tendo acesso às mídias sem conhecimento crítico ou sem orientação não é suficiente para a prevenção.

Nesse sentido atua a interface que envolve educação e comunicação. A educomunicação vem gerar tanto o aprendizado sobre mídia quanto o fazer midiático, atrelando temas de grande relevância social, como a prevenção de doenças e combate às vulnerabilidades, e que promovam a participação. Os jovens envolvidos em projetos educacionais ou que se envolvem desde cedo com o aprendizado sobre e para a comunicação,

se abrem para a compreensão crítica da realidade e ampliam seu interesse em participar da construção de uma sociedade mais justa, confirmando sua vocação para a opção democrática de vida em sociedade. Tudo isso porque a participação os levou a maior conhecimento e o maior interesse pela comunidade local, inspirando ações coletivas de caráter educacional (Soares, 2011, p.31).

3. Comunicação para a promoção da cidadania

O direito à comunicação vai além do acesso à informação de qualidade e em abundância, e pressupõe o protagonismo e a participação direta no processo de produção de informações, onde



cada cidadão tem o poder de comunicar e se fazer ouvir (Carvalho; Veloso, 2012, p.3). A cidadania comunicativa, para seu exercício, envolve condições objetivas, como a legislação vigente e as tecnologias disponíveis, e condições subjetivas como o modo de se imaginar como sujeito de direitos, as expectativas que depositamos nas instituições da sociedade e nos meios de comunicação de massa, e o jogo entre as representações hegemônicas e contra-hegemônicas sobre o direito à comunicação (Mata, 2006, p. 14).

A comunicação midiática sempre teve caráter público, mas quando movida a interesses elitistas expõe a sociedade apenas o que é conveniente e da forma como os controladores das mídias querem.

O potencial educativo implícito nos veículos de comunicação, sejam eles de pequeno ou grande alcance, é muito significativo. Por isso mesmo, são bens públicos e não privados e representam uma conquista da humanidade enquanto instrumentos capazes de democratizar, de forma ágil, interessante e com fidedignidade, a informação, a cultura e o conhecimento, do senso comum ao científico (Peruzzo, 2002, on-line).

Nessa perspectiva, busca-se uma comunicação que promova a cidadania de diversas formas, seja integrando projetos de educação ou em campanhas de prevenção para promoção da saúde, ou no aprendizado do fazer midiático pelos cidadãos. Em qualquer papel em que a comunicação exerça seu caráter cidadão. Peruzzo (2007) acredita que “se empregado com sabedoria com vista a exercer a cidadania os meios de comunicação comunitária permitem a materialização do potencial transformador que detêm” (Peruzzo, 2007, p.89).

A internet é um desses lugares de democratização da comunicação. Com o aprendizado do uso de mídias digitais, a pessoa pode sair da posição de receptora a sujeito da produção de conteúdo, a

exemplo da criação de blogs e canais no YouTube para difusão de informações comunitárias.

A participação das pessoas na produção e transmissão das mensagens, nos mecanismos de planejamento e na gestão do veículo de comunicação comunitária contribui para que elas se tornem sujeitos, se sintam capazes de fazer aquilo que estão acostumadas a receber pronto, se tornam protagonistas da comunicação e não somente receptores (Peruzzo, 2002, on-line).

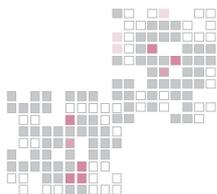
A comunicação também pode ser mobilizadora e promotora de conhecimento nos projetos de educação, que se utilizam da criação a partir das mídias ou da crítica midiática para envolver os participantes na conscientização sobre a sociedade e/ou sobre temas de relevância social.

4. Os vários sobrenomes da educação

Por muito tempo, a educação bancária foi a forma pedagógica mais usada por educadores, caracterizada por professores que detinham conhecimento e o passavam para os alunos, receptores “vazios”. Dessa forma, ignorava-se seus conhecimentos e esperava-se uma postura passiva diante do educador. Esse modelo ainda persiste como método relevante de aprendizado, mas, aplicado isoladamente, ignora os conhecimentos informais dos alunos. Paulo Freire – e outros autores² – rompeu com essa concepção através da educação dialógica e descentralizadora, que coloca a troca de conhecimento como central na relação educador-educando.

A “educação dialógica” se caracteriza por uma construção solidária e compartilhada de conhecimentos (Soares, 2011, p.17). O modelo permeia o projeto “Viva Mãe Luiza”. Os instrutores da área da saúde buscam recursos dentro da realidade dos

² M. Kaplún, L. Ramiro Beltrán, J. Diaz Bordenave, D. Castillo Prieto, entre outros.



próprios jovens para explicar os conceitos de prevenção. Esse diálogo também é presente nas tomadas de decisões sempre negociadas entre os promotores do projeto e os jovens, como, por exemplo, a escolha feita por eles, para que fossem ministradas oficinas de vídeo, foto, cartilha e teatro. Essa preparação dos jovens visa outras oficinas para jovens do bairro mediante educação entre pares.

Modalidade emergente e geralmente informal, a educação entre pares é muito utilizada quando se trabalha com formação de jovens para combater às vulnerabilidades. Essa metodologia se mostra interessante já que adolescentes e jovens conversam de igual pra igual entre si sobre diferentes assuntos; eles e elas conhecem a realidade de outros adolescentes e jovens e organizam atividades mais próximas da cultura local. O modelo possibilita ampliar ações envolvendo muitas organizações (Ministério da Saúde, 2010, p.27).

No processo de aprendizagem só quem consegue se apropriar do aprendido e torná-lo apreendido, tornando-se capaz de aplicar nas situações existenciais concretas é quem aprende verdadeiramente. Por isso “o papel do educador não é o de ‘encher’ o educando de ‘conhecimento’, de ordem técnica ou não, mas sim o de proporcionar, através da relação dialógica educador-educando, educando-educador, a organização de um pensamento correto em ambos” (Freire, 1983, p.53).

O esforço de conscientização “permite aos indivíduos se apropriarem criticamente da posição que ocupam com os demais no mundo” o que impulsiona-os a serem “sujeitos da transformação do mundo, com a qual se humanizam” (Freire, 1983, p.36). A tomada de consciência não se dá nos homens isolados, e sim enquanto travam entre si e o mundo, relações de transformação.

5. Educomunicação

Estamos numa sociedade em que o conhecimento e a informação atuam tanto no eixo econômico quanto no processo de democratização

político e social, sendo o conhecimento e a informação eixos centrais do desenvolvimento social (Martín-Barbero, 2000, p.123). Essa sociedade está dividida e “sendo transformada pela centralidade das tecnologias e dos sistemas de comunicação” (Martín-Barbero, 2000, p.125).

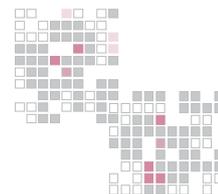
Uma das dinâmicas que configuram o sistema comunicativo é o fato de o saber ser “disperso e fragmentado e poder circular fora dos lugares sagrados nos quais antes estava circunscrito e longe das figuras que antes o administravam” (Martín-Barbero, 2000, p.126). Isso se torna ainda mais evidente com o surgimento de novas tecnologias, em que o saber é difundido de forma mais facilitada por e para aqueles que têm acesso a estas.

O que torna o mundo humano um mundo de comunicação.

A comunicação é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo.

“Todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a comunicação entre ambos, que se dá através de signos linguísticos” (Freire, 1983, p.66). O que torna o mundo humano um mundo de comunicação. A comunicação é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo. “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (Freire, 1983, p.69).

Com o desenvolvimento de uma nova área de conhecimento na interface comunicação/educação é que se estabelece de fato um campo de atuação comum denominado de educomunicação, cujo objetivo se fundamenta na construção da cidadania. Aquela é apresentada por Soares (2000) como a interrelação comunicação e educação, trabalhando a partir de um substrato comum que é a ação comunicativa no espaço educativo pro-



É no enfrentamento desses desafios que esse novo campo se estabelece e se desenvolve para a promoção da cidadania.

movida com o objetivo de produzir e desenvolver ecossistemas comunicativos.

A educomunicação configura-se como uma prática social que teve início no Brasil no meio acadêmico a partir dos anos 1980. E pode ser dividida em três linhas: educação para a mídia; educação por meio da mídia; e educação com a mídia. A primeira se restringe a preparar os instruídos para serem críticos da mídia, para que não sejam influenciáveis; a segunda é o uso da mídia como mediadora do processo educativo, a exemplo das iniciativas de educação a distância em geral; já a proposta de educação com a mídia está ligada a hibridização dos dois campos, levando o aprendiz a desenvolver produtos comunicativo-educativos e ampliando seus conhecimentos (Messagi Jr, s.d).

As características de cada campo se evidenciam na interface entre eles, que se manifesta com a interdisciplinaridade, e contribuem a partir de suas particularidades com o objeto de interesse comum. “Aprender e comunicar são, pois, componentes simultâneos que se penetram e necessitam reciprocamente” (Kaplún, 2001, p.37). Dessa forma os campos da educação e comunicação criam interfaces à medida que seus interesses e preocupações se convergem (Braga; Calazans, 2001).

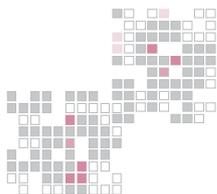
A interface resultante da união entre os ecossistemas comunicativos e educativos formam um processo de aprendizagem diferenciado, que se utiliza dos métodos de produção da notícia, de troca de informação e de construção de conteúdos educativos, a fim de promover a ampliação de um aprendiz não só de resultados, mas principalmente de processos (Kaplún, 2001).

Bacega (2009) traz dez desafios do campo educacional: a complexidade da construção

de um novo campo; entender que esse campo não se reduz a fragmentos; construir esse campo como objeto científico; conhecer e reconhecer que o campo só pode ser pensado a partir da diversidade multi, inter e transdisciplinar; o desafio de saber ler e interpretar o mundo; o campo cultural na realidade contemporânea; conhecer e vivenciar os desafios das novas concepções do tempo espaço e as ciências humanas e sociais na formação de cidadãos; ir do mundo editado à construção do mundo; estabelecer um diálogo mais amplo com mais saberes; e conscientizar os sujeitos sobre a construção de nossa cultura e sobre as mediações que conformam nossas ações. É no enfrentamento desses desafios que esse novo campo se estabelece e se desenvolve para a promoção da cidadania.

6. Saúde coletiva e prevenção de DST/Aids

A saúde coletiva trabalha com a expectativa de redução de vulnerabilidades a partir da promoção da saúde e de medidas preventivas. O termo geralmente é empregado para designar suscetibilidades das pessoas a problemas e danos de saúde. Pode-se confundir vulnerabilidade com o conceito de risco. No entanto, Bertolozzi et. al. (2009) distingue esses dois conceitos. Apresenta o risco como probabilidade diante das chances de grupos populacionais de adoecerem e morrerem por algum agravo de saúde. Já a vulnerabilidade se trata de um indicador da desigualdade social, em torno dos potenciais de adoecimento, de não adoecimento e de enfrentamento, relacionados a todo e cada indivíduo. “A vulnerabilidade antecede ao risco e determina os diferentes riscos de se infectar, adoecer e morrer” (Bertolozzi et. al. 2009, p.2).



A prevenção significa um conjunto de medidas para evitar o aparecimento de uma doença. “Os projetos de prevenção e de educação em saúde estruturaram-se mediante a divulgação de informação científica e de recomendações normativas de mudanças de hábitos” (Czeresnia, 2003, p.4).

No Brasil há um número significativo de jovens que já contraíram o vírus HIV, principalmente por falta de prevenção. Já “foram registrados 66.114 casos de Aids entre jovens de 13 a 24 anos até junho de 2009. Isso representa 11% dos casos notificados de Aids no país, desde o início da epidemia. Na mesma faixa etária, a transmissão sexual representa 68% dos casos notificados e a via sanguínea responde por 23%” (Brasil, s.d, on-line).

Concebendo esse período de vida como especialmente vulnerável, mas transitório, entende-se que políticas eficientes para adolescentes e jovens seriam aquelas que, de algum modo, contribuíssem para que este período natural de desordem transcorra de forma a impedir ou reduzir danos. A prevenção será bem sucedida quando desde cedo esses valores forem trabalhados na educação. Dessa forma, aprender com pessoas de um mesmo perfil ou que compartilham do mesmo ambiente social, numa educação entre pares, é uma das estratégias adotadas para ser desenvolvida com os adolescentes e jovens da comunidade de Mãe Luiza para a promoção da prevenção em DST/Aids.

7. Comunicação e saúde

A comunicação tem um importante papel na educação para a promoção da saúde, no sentido de informar a população para aprimorar os cuidados com a saúde. Historicamente, podemos recuperar as campanhas públicas de saúde ainda na primeira metade do século passado, “basta lembrarmos dos velhos almanaques de medicamentos, das campanhas conduzidas por Oswaldo Cruz para debelar a febre amarela, ou mesmo da época do Estado Novo” (Trench; Antenor, 2010,

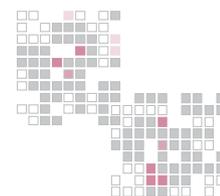
p.4). Ou em fins da década de 1980, quando a irrupção do HIV/Aids foi uma das circunstâncias “impulsionadora[s] de um novo pensar em saúde/comunicação, em que identidades sexuais, relações de poder e de gênero e modos de vida são mais determinantes, no perfil epidemiológico de um território, do que os micróbios”.

A década de 1990 foi marcada por avanços na articulação entre os campos da saúde e da comunicação (Natansohn, 2004, p.11), a exemplo da criação da Comissão de Comunicação do Conselho Nacional de Saúde (Araújo; Cardoso, 2007).

Teixeira (2004, p.1) entende que a “comunicação em saúde diz respeito ao estudo e utilização de estratégias de comunicação para informar e para influenciar as decisões dos indivíduos e das comunidades no sentido de promoverem a sua saúde”. Não se trata, contudo, de uma perspectiva instrumental, formalista e funcionalista, mas um processo em que é preciso dar conta da heterogeneidade dos públicos receptores (Martín-Barbero, 1995). Desta forma, é preciso considerar as representações sociais sobre o que significa estar doente ou estar saudável, presente em cada formação sociocultural, como advertem Lefevre, Lefevre e Figueiredo.

A comunicação em saúde pode ser vista como uma relação de troca de ideias ou mensagens que, quando bem sucedida, promove um contato entre o pensamento sanitário e o pensamento do senso comum, afetando ambos e fazendo avançar a consciência coletiva sobre as questões de saúde e doença em uma dada formação sociocultural (Lefevre; Lefevre; Figueiredo, 2010, p.10).

Esses autores também compreendem a necessidade de um sistema comunicativo consolidado e que envolvam projetos, programas e intervenções particularmente no plano da comunicação. No entanto, apenas ações comunicativas não são



suficientes para o panorama da saúde coletiva, mas também iniciativas que auxiliem o plano material da vida social.

8. Educomunicação comunitária em saúde e o projeto Viva Mãe Luiza

A educomunicação geralmente se dá no ambiente escolar, mas também tem sido estratégica em diferentes espaços. Os estudos que envolvem comunicação e educação privilegiam a educação formal, mas é na dinâmica da educação formal e informal que acontece o que podemos denominar de *educomunicação comunitária* (Peruzzo, 2007, p.83).

É no âmbito da educação informal que estaremos enfocando a questão das relações entre comunicação e educação no processo de conquista de cidadania, porém, não a partir do papel da mídia, mas da comunicação que surge em consequência da práxis nos movimentos populares, comunitários e das demais organizações que tenham como estratégia a consecução dos interesses coletivos (Peruzzo, 2002, on-line).

A escola não é único lugar do saber, as mídias também são agentes de socialização e de promoção da cidadania (Baccega, 2009, p.32). Martín-Barbero (2000) entende que a escola precisa ensinar as pessoas a ler o mundo de maneira cidadã para assim construir o cidadão.

No início das oficinas de educomunicação comunitária do Projeto “Viva Mãe Luiza” a sede era uma escola, mas não havia compromisso dela com o projeto, ela funcionava apenas como o local onde as oficinas aconteciam. Nessa intervenção são os atores da saúde e da comunicação, da comunidade e da UFRN que atuam articulando a comunidade. Adotando sempre uma dinâmica dialógica e construindo as iniciativas do projeto junto à comunidade, articulando redes de ações.

As oficinas se caracterizam como intervenção

de educomunicação comunitária. Acreditamos ser pertinente associar esta perspectiva ao projeto, pois

a comunicação comunitária se caracteriza por processos de comunicação baseados em princípios públicos, tais como não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de educação, cultura e ampliação da cidadania (Peruzzo, 2006, p. 9).

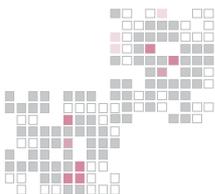
A educação é um dos fins previstos pela comunicação comunitária. Esta surge para dar voz àqueles cujos anseios não encontram espaço nas formas tradicionais de comunicação (Carvalho; Veloso, 2012, p.1).

Nessa intervenção, a educomunicação se torna o centro estratégico de ação de comunicação comunitária, no intuito de promover possibilidades de redução de vulnerabilidade às DST/Aids. Portanto, caracterizando-se como uma educomunicação comunitária, já que “na comunicação comunitária ocorre um significativo processo de educomunicação na perspectiva do desenvolvimento integral da pessoa” (Peruzzo, 2007, p.84).

A temática abordada nas oficinas é de prevenção de DST/Aids e de temas que permeiam essa discussão, por isso a referência à um processo de educomunicação em saúde, cuja abordagem se volta para a promoção desta e de combate à vulnerabilidade às DST/Aids pelos adolescentes e jovens do bairro. Nesse sentido educação, comunicação e saúde atuam numa interdisciplinaridade em prol da construção da cidadania dos jovens e na formação destes para que possam conhecer seus direitos, conquistar outros e ajudar seus pares multiplicando conhecimentos.

9. Considerações finais

O foco de nossa pesquisa se encontra nas estratégias e práticas de comunicação midiática



desenvolvidas no âmbito do projeto “Fortalecimento de redes de ação Comunitária para a Prevenção em DST/Aids: conhecer e intervir”, dirigidas a adolescentes e jovens do bairro. Partimos da premissa de que quem é capacitado para uso de mídias e atua na construção de produtos de comunicação apreende melhor os conteúdos tratados, apropriando-se desses conhecimentos em suas práticas, mais do que quem apenas recebe informações de um conteúdo midiático, a exemplo das propagandas sobre prevenção. O presente artigo buscou apontar os conceitos teóricos que fundamentam o processo da pesquisa em curso no ano de 2013, tendo como foco os adolescentes e jovens que participam como multiplicadores do projeto acima enunciado, conhecido na comunidade como Projeto Viva Mãe Luiza.

Tendo como perspectiva a teorização proposta neste artigo, estamos desenvolvendo um processo de observação participante, com produção de diários de campo sobre como o projeto “Viva Mãe Luiza” vem realizando, desde 2012, oficinas de educomunicação, envolvendo os temas que perpassam a prevenção em DST/Aids aliada a produção midiática. Os adolescentes já tiveram

oficinas de vídeo, fotografia, cartilha e teatro. Esta última se encontra ainda em realização. E já foram abordadas as temáticas de participação juvenil, direito, sexualidade e prevenção de Aids. A informação trabalhada com os adolescentes e jovens desde cedo na perspectiva de prevenção figura como uma importante ação no combate às vulnerabilidades. No segundo semestre de 2013, desenvolveremos entrevistas em profundidade com adolescentes e jovens do projeto que tenham participado da maioria das atividades desenvolvidas entre 2012 e 2013. Queremos, por fim, compreender como essas capacitações, na perspectiva da educomunicação comunitária, estão contribuindo para a prevenção das DST/Aids entre adolescentes e jovens de Mãe Luiza, e qualificar a percepção de vulnerabilidades desse público prioritário.

O uso dos métodos propostos pela educomunicação contribui para o processo de aprendizagem e construção de conhecimentos. Dessa forma os meios de comunicação, numa perspectiva comunitária, podem atuar na expansão e disseminação de conhecimento e de promoção da saúde coletiva.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Inesira Soares de; CARDOSO, Janine Miranda. *Comunicação e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

BACCEGA, Maria Aparecida. *Comunicação/educação e a construção de nova variável histórica*. 2009. IN: CITELLI, Adilson Odair; COSTA, Maria Cristina (Org.). *Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 2011.

BERTOLOZZI, M. R. et. al. *Os conceitos de vulnerabilidade e adesão na Saúde Coletiva*. 2009. São Paulo. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v43nsp2/a31v43s2.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2012.

BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Regina. *Comunicação & Educação: Questões delicadas na interface*. São Paulo: Hacker, 2001.

CARVALHO, Rayanne A.; VELOSO, Maria do Socorro F. *Fala, Mãe Luiza! A voz do morro através da comunicação comunitária*. 2012.

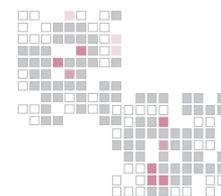
São Paulo: Revista ALTERJOR. Disponível em http://www.usp.br/alterjor/ojs/index.php/alterjor/article/view/aj5-a6/pdf_76. Acesso em 27 de outubro de 2012.

CZERESNIA, Dina. *Ações de promoção à saúde e prevenção de doenças: o papel da ANS*. 2003. Disponível em www.bvsde.paho.org/cd65/AcoesPromocaoSaude.pdf. Acesso em 25 de abril de 2012.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 8ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GUINDANI, Felipe Joel. A inter-relação teórico metodológica entre cidadania e etnografia. In: MALDONADO, Alberto Efendy et al. (Org.). *Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação*. Rio do Sul: UNIDAVI, 2012.

KAPLÚN, M. *A la educacación por la comunicacón: la práctica de la comunicacón educativa*. Quito- Ecuador: Ediciones CIESPAL, 2001.



LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, A. M. C.; FIGUEIREDO, Regina. *Comunicação em saúde e discurso do sujeito coletivo*: semelhanças nas diferenças e diferenças nas diferenças. In: Boletim do Instituto de Saúde Volume 12 - Número . 2010. Disponível em <http://www.isaude.sp.gov.br/smartsitephp/media/isaude/file/bis50-completo.pdf>.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *América latina e os anos recentes*: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUSA, Mauro Wilton de. *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: USP Brasiliense, 1995, p. 39-68.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Desafios Culturais: da comunicação à educomunicação*. 2000. IN: CITELLI, Adilson Odair; COSTA, Maria Cristina (Org.). *Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 2011.

MATA, Maria C. *Comunicación y ciudadanía*. Problemas teórico-políticos de su articulación. Revista Fronteiras – estudos midiáticos, Vol. VIII, Nº 1 - janeiro/abril 2006, p. 5-15.

MESSAGI JR. et.al. *Educomunicação*. Disponível em <http://www.cefuria.org.br/site/documentos/cartilhaeducucomunicacao.pdf>. Acesso em 14 de junho de 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Metodologia de educação entre pares*: Adolescentes e jovens para a educação entre pares - Saúde e prevenção nas escolas. 2010. Disponível em http://www.undime-rj.org.br/arquivos/spe/Folder_Metodologia.pdf. Acesso em 20 de dezembro de 2012.

MORAIS, Dalvaci da Conceição Pinheiro. *A sexualidade do adolescente norte-rio-grandense*. Natal, RN:EDUFRN, 1999.

NATANSOHN, Graciela. *Comunicação & Saúde*: interfaces e diálogos possíveis. In: Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación Vol. VI, n. 2. 2004. Disponível

em <http://www2.eptic.com.br/sgw/data/bib/artigos/ac91b84bc163228f74ae2a291b80dd81.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2011.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. *Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária*. 2006. Disponível em <http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/19806/1/Ci>. Acesso em 06 de junho de 2012.

_____. *Comunicação Comunitária e a Educação para a Cidadania*. PCLA - Volume 4 - número 1: outubro / novembro / dezembro 2002. Disponível em <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm>. Acesso em 13 de fevereiro de 2013.

_____. *Rádio Comunitária, Educomunicação e Desenvolvimento*. In: PAIVA, Raquel (Org.). *O retorno da comunidade: os novos caminhos do social*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

SOARES, Ismar. *Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação*: Contribuições para a reforma do Ensino Médio. São Paulo: Paulinas, 2011. USP.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Educomunicação: Um Campo de Mediações*. 2000. Disponível em <http://200.144.189.42/ojs/index.php/comeduc/article/viewFile/4147/3888>. Acesso em 14 de junho 2012.

TEIXEIRA, J. A. Carvalho. *Comunicação em saúde*: Relação Técnicos de Saúde - Utentes . Aná. Psicológica, set. 2004, vol.22, nº.3, pp.615-620.

TRENCH, B; ANTENOR, S. *Boletim do Instituto de Saúde*. Volume 12 - Número . 2010. Disponível em <http://www.isaude.sp.gov.br/smartsitephp/media/isaude/file/bis50-completo.pdf>.

UNICEF. *O direito de ser adolescente*: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades / Fundo das Nações Unidas para a Infância. – Brasília, DF: UNICEF, 2011.

ENVIADO DIA: 01/10/2013
APROVADO DIA: 25/10/2013

